



ESTADO DE RONDÔNIA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Recebido e Autenticado
Data 03/04/08
Assinatura

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
03 ABR 2008
Protocolo 286/08
Processo 264/08

PROJETO DE LEI

NO 259/08



AUTOR DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO PTC

Dispõe sobre a cassação da inscrição de estabelecimento que comercialize bebidas alcoólicas e anfetaminas inibidoras de sono nas Rodovias do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DECRETA:

Artigo 1º - Os estabelecimentos localizados nas Rodovias do Estado que comercializem bebidas alcoólicas, bem como anfetaminas inibidoras de sono sem prescrição médica, serão punidos com a cassação da eficácia da inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS

Artigo 2º - A fiscalização da venda e do consumo ilegal de bebidas alcoólicas e de anfetaminas será de responsabilidade da Polícia Rodoviária do Estado de Rondônia, que fará as autuações e as repassará aos órgãos competentes para aplicação das penalidades previstas em lei.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações 02 de Abril de 2008

DOUTOR ALEXANDRE BRITO
DEPUTADO ESTADUAL PTC

JUSTIFICATIVA



ESTADO DE RONDÔNIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº _____



AUTOR DEPUTADO DOUTOR ALEXANDRE BRITO PIC

Pesquisas recém-concluídas apontam dados alarmantes a respeito do consumo de bebidas alcoólicas e de anfetaminas inibidoras de sono por motoristas que transitam pelas rodovias localizadas no Estado de Rondônia.

O referido levantamento científico revela que sete de cada dez motoristas que dirigem caminhões ou ônibus, por exemplo, fazem uso rotineiro de uma dessas duas drogas. Esta situação é um absurdo, pois a venda de remédios para inibir o sono só é legal através de prescrição médica.

Todavia, esta proibição vem sendo completamente desrespeitada por muitos restaurantes, bares, lanchonetes e estabelecimentos sediados ao longo das rodovias que cortam o território de nosso Estado. O pior é que essa infração é cometida até mesmo à luz do dia e de maneira impune. A ausência de uma fiscalização permanente e também de punições exemplares é quem mais incentiva a impunidade do comércio ilegal de bebidas alcoólicas e de anfetaminas por muitos de nossos motoristas.

O uso do chamado bafômetro, por exemplo, é cada vez mais raro e, para piorar, a legislação não obriga o motorista a se submeter à avaliação do referido aparelho. Sem contar que o resultado do exame do bafômetro, quando positivo, só pune o motorista e não o estabelecimento ou a pessoa que vendeu a droga consumida por quem dirige o veículo.

O mais grave é que, em muitos casos, os motoristas fazem uso quase que simultâneo do álcool e da anfetamina, mistura que, segundo os médicos, afeta a lucidez daqueles que os consomem. Completamente ilegal, esta prática é responsável por um grande número de acidentes em nossas rodovias, muitos dos quais responsáveis por perdas de vidas humanas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.